

Sumário

Apresentação	5
 PARTE I HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEGITIMIDADE E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	
1. Regime financeiro diferenciado na cobrança e na execução de honorários advocatícios: das controvérsias no tocante à constitucionalidade da Lei 15.109/2025 aos seus impactos econômicos e sociais	19
<i>Gilberto Carlos Maistro Junior</i>	
2. A execução dos honorários sucumbenciais contra beneficiário da gratuidade processual	43
<i>Fernanda Pagotto Gomes Pitta e Mônica Bonetti Couto</i>	
3. Execução, Honorários e o Tema 587 do STJ	59
<i>Fabrizio Matteucci Vicente</i>	
4. O cabimento dos honorários sucumbenciais no incidente de desconconsideração da personalidade jurídica à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	69
<i>Daniel Willian Granado e Marisa Sayuri Ogawa</i>	
5. Honorários advocatícios na tutela executiva	85
<i>Daniel Amorim Assumpção Neves</i>	
6. Cumprimento de sentença <i>per saltum</i> contra o litisdenunciado (ou “como um erro de julgamento sobre seguro acabou virando lei que não se aplica a seguro”).....	99
<i>Alexandre Freitas Câmara</i>	
7. Da sub-rogação no ordenamento jurídico: aspectos materiais e processuais.....	111
<i>Marcio Alexandre Pereira e Débora Ana Ibanhes</i>	
8. Legitimação processual e responsabilidade patrimonial na sucessão: o espólio e os herdeiros na execução	127
<i>João Batista Vilhena</i>	
9. Pluralidade de devedores e acordo parcial: os efeitos da transação em relação aos demais executados.....	149
<i>Márcio Manoel Maidame</i>	
10. A teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica e o incidente de desconconsideração: menos é mais.....	163
<i>Ana Clara Brandelli Alves dos Santos e André Gustavo Salvador Kauffman</i>	

11. Arresto e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	179
<i>André Pagani de Souza e Tatiana Tiberio Luz</i>	
12. A desconsideração inversa da personalidade jurídica no direito das famílias e sucessões, com perspectiva de gênero.....	187
<i>Rita Vasconcelos e Ana Paula Vasconcelos</i>	
13. A extensão da responsabilidade ao ex-sócio não incluído no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	203
<i>Virgílio Mathias</i>	
14. A função do incidente de desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade de terceiros na Sucessão empresarial fraudulenta e no direito tributário.....	221
<i>Américo Andrade Pinho</i>	
15. Responsabilidade solidária dos sócios decorrente da ausência de integralização do capital social.....	235
<i>Rafael Guimarães, Richard Jamberg e Danilo Diniz</i>	

PARTE II

MEDIDAS ATÍPICAS. DEVER-PODER GERAL. MEDIACÃO NA EXECUÇÃO

16. A <i>vis attractiva</i> do processo falimentar e a (im)possibilidade da Desconsideração da Personalidade Jurídica nos processos trabalhistas autônomos.....	251
<i>Ivan Lorena Vitale Junior e Rodrigo D'Orio Dantas</i>	
17. Os limites para as medidas executivas atípicas estabelecidos pelo STJ no Tema 1.137...	265
<i>Arlete Inês Aurelli</i>	
18. A nova Parametrização de decisão implementada pelo Tema 1.137 do Superior Tribunal de Justiça ao artigo 139, IV, do Código de Processo Civil.....	287
<i>Frederico dos Santos Messias</i>	
19. O bloqueio de chave PIX como medida atípica.....	297
<i>Rafael Caselli Pereira</i>	
20. Indisponibilidade de bens do devedor: novo instrumento a ser utilizado para a efetivação das obrigações civis no processo de execução.....	309
<i>José Miguel Garcia Medina</i>	
21. A aplicação do dever-poder geral no processo de execução.....	321
<i>Daniel Brajal Veiga</i>	
22. Mediação na fase executiva.....	331
<i>Gustavo Milaré Almeida</i>	

PARTE III

ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA

23. As possíveis inconstitucionalidades do novo regime de precatórios: uma análise da ADI 7873.....	345
<i>Ravi Peixoto</i>	
24. Tema 1.418 do STJ: limitações indevidas à cessão de precatórios previdenciários.....	367
<i>Marco Aurélio Serau Jr. e Denis Donoso</i>	
25. A Fraude à Execução Fiscal.....	377
<i>Marcelo Agnese Lannes</i>	

26. Execução Fiscal e a (in)efetividade da cobrança da dívida ativa	389
<i>Rogério Mollica</i>	

PARTE IV PROCESSO ESTRUTURAL

27. A incongruência como condição de efetividade do sistema coletivo e estrutural	403
<i>Marcos Stefani e Luiz Antônio de Souza</i>	
28. Execução de decisões estruturais além do Judiciário: entidades de infraestrutura específica e a superação das limitações institucionais no Brasil.....	419
<i>Gisele Santos Fernandes Góes e Adilson Carvalho Pantoja</i>	

PARTE V PENHORA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

29. A penhora de dinheiro e outras funcionalidades do SISBAJUD	439
<i>Maurício Ferreira Cunha e Jhonatta Braga Barros</i>	
30. Teimosinha estendida.....	453
<i>Luís Henrique Barbante Franzé</i>	
31. A penhora de recebíveis de cartão de crédito e débito.....	467
<i>Carolina Moraes Migliavacca</i>	
32. Execução sobre criptoativos no Brasil: quatro perguntas e respostas.....	481
<i>Alexandre Senra e João Felipe Calmon Nogueira da Gama</i>	
33. Novas técnicas de aceleração e efetividade das ações visando à recuperação de crédito com base na Lei nº 15.252/25.....	499
<i>Anselmo Prieto Alvarez e Wanessa de Cássia Françaolin</i>	

PARTE VI RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SELIC. CLÁUSULAS DE CROSS DEFAULT

34. Responsabilidade do exequente pela averbação indevida na execução e no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	513
<i>Ricardo de Barros Leonel, Caroline de Camargo Silva Venturelli e Camila de Camargo Silva Venturelli</i>	
35. A liquidação especial no procedimento de dissolução total de sociedade no Projeto de Reforma do Código Civil (PL 04/2025)	525
<i>Rodrigo Mazzei e Tiago Figueiredo Gonçalves</i>	
36. Aspectos da execução das obrigações de fazer, multa coercitiva (astreinte), perdas e danos, execução por transformação, no Código de Processo Civil de 2015	533
<i>Cristina Reindolff da Motta</i>	
37. Os impactos do Tema 1368 dos recursos repetitivos do STJ (A Selic como taxa de juros legal – art. 406 CC): breves reflexões sobre os seus efeitos nos processos em curso	553
<i>Maurício Andere von Bruck Lacerda e Manuela Belini Barni</i>	
38. Cláusulas de cross default nos contratos financeiros: natureza jurídica, validade e requisitos operacionais para permitir o vencimento antecipado	571
<i>Marcia Conceição Alves Dinamarco e Claudia Gonçalves Junqueira</i>	

PARTE VII EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

39. **Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos** 585
Gilson Delgado Miranda
40. **Resistência ao cumprimento da obrigação alimentar, a execução de título extrajudicial e o cumprimento de sentença com a adoção de medidas atípicas** 607
Débora Brandão e Flávia Amaral
41. **Execução de alimentos ressarcitórios em razão dos frutos dos bens comuns auferidos exclusivamente pelo ex-cônjuge enquanto pendente a ação de partilha**..... 621
Jones Figueirêdo Alves e Victor Valadares

PARTE VIII CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

42. **O artigo 516, parágrafo único, do CPC e as regras de competência para julgamento do cumprimento de sentença** 635
Rodrigo Frantz Becker e João Marcos de Carvalho Pedra
43. **Breves considerações sobre a Execução Civil e sobre o artigo 520, Parágrafo Terceiro, do CPC/15: O efeito do depósito judicial**..... 645
Elias Marques de Medeiros Neto
44. **A tutela de urgência e a extinção do processo ou a improcedência do pedido: reflexos no cumprimento de sentença**..... 665
José Henrique Mouta Araújo
45. **A sustentação oral nos recursos contra decisões que julgam impugnações ao cumprimento de sentença**..... 673
Eduardo de Avelar Lamy e André Schmidt Jannis
46. **Cumprimento da Sentença Penal Condenatória no Juízo Cível**..... 689
Araken de Assis e Cássio Chechi de Assis

PARTE IX ART. 785 DO CPC. CITAÇÃO POR EDITAL NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. FASE EXPROPRIATÓRIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DUPLICATA

47. **O ajuizamento de demanda de conhecimento para o detentor de título executivo extrajudicial – vantagens e desvantagens** 703
Beclaute Oliveira Silva
48. **Citação por edital quando o citando se encontrar em lugar ignorado ou incerto: reflexos do Tema n. 1338 do STJ sobre a execução (De Título Extrajudicial e de Título Judicial)** 713
Luiza Silva Rodrigues
49. **A suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis e os critérios fixados pelo STJ para o uso das ferramentas de busca patrimonial** 727
Rosalina Moitta Pinto da Costa

50. Valoração do bem penhorado e dispensa de avaliação. Efetividade executiva e garantias processuais	751
<i>Andrea Boari Caraciola</i>	
51. Execução, expropriação pela arrematação e preço vil. Parâmetros a partir do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça-STJ	763
<i>Antônio Pereira Gaio Júnior e Pedro Varella Guedes Dunley</i>	
52. Reflexões sobre o artigo 320-G do Prov. 149 – CNJ no levantamento de constrições judiciais após a arrematação do imóvel	775
<i>Georgios José Ilias Bernabé Alexandridis</i>	
53. O prazo para ajuizamento de embargos de terceiro	791
<i>Cristiane Druve Tavares Fagundes</i>	
54. Prescrição intercorrente sob o enfoque do Superior Tribunal de Justiça	807
<i>Renato Montans de Sá</i>	
55. O processo de execução e a duplicata como título executivo extrajudicial	821
<i>Gilberto Gomes Bruschi, Luciano Vianna Araújo e Sérgio Shimura</i>	